



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO
ADMINISTRATIVO RELATIVO À
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM
GERENCIAMENTO DE
ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS
TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL
BS-500 E DIESEL S-10 PARA ATENDER
A DEMANDA DE ABASTECIMENTO DA
FROTA DOS VEÍCULOS DESTA
COMPANHIA, BEM COMO OS QUE
FOREM ADQUIRIDOS DURANTE A
VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, n.º 219, Bairro São Pedro, Boa Vista - Roraima, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF n.º 376.027.482-04 e portador do RG n.º 89.261 SSP/RR, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, inscrito no CPF n.º 940.537.822-87 e portador do RG n.º 207.421 SSP/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP n.º _____, e-mail: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, inscrito no CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração apensada à(s) folha(s) _____, tendo em vista o que consta no **PROCESSO N.º 265/2023**, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram, mediante as cláusulas e condições a seguir:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

1.1.1. Na Licitação pelo Rito Procedimental Similar ao da Modalidade Pregão, na Forma Presencial, Nº ____/20____, amparada pelo artigo 32, IV da Lei Federal nº 13.303/2016, pelo artigo 89, § 1º do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL BS-500 E DIESEL S-10 PARA ATENDER A DEMANDA DE ABASTECIMENTO DA FROTA DOS VEÍCULOS DESTA COMPANHIA, BEM COMO OS QUE FOREM ADQUIRIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

2.2.4. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL (LITROS)	QUANTIDADE ANUAL (LITROS)	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Gasolina Comum	Litros				
2	Diesel BS500	Litros				
3	Óleo Diesel S10	Litros				
Taxa Administrativa (%):						



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Preço Total Geral Anual (Valor Total + Taxa Administrativa)	
--	--

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1.** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;
- 4.2.** As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;
- 4.3.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;
- 4.4.** Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- 5.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- 6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano contado da data limite para apresentação da proposta na licitação, em ____/____/____.
- 6.2.** Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1. Responsabilizar-se, pela locomoção de seus veículos até o Posto de Abastecimento pertencente a rede credenciada da CONTRATADA.

7.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Empresa vencedora.

7.1.3. Comunicar à Empresa vencedora sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento do combustível.

7.1.4. Efetuar o pagamento a Contratada de acordo com o presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

8.1.1. A realização dos testes de qualidade dos combustíveis, seguirão a legislação específica editada pela ANP, devendo ser realizados pelo fornecedor sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

8.1.2. Ficará sobre a inteira responsabilidade da CONTRATADA a garantia da qualidade mínima dos combustíveis entregues, em conformidade com regras estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, além da devida comprovação por meio do teste descrito acima, sob pena das sanções cabíveis.

8.1.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

8.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

8.1.5. Para efeito do faturamento, os valores deverão refletir aqueles ao dia do abastecimento e fornecimento, sendo que os preços praticados não poderão ser superiores ao do mercado.

8.1.6. Realizar o gerenciamento do abastecimento dos combustíveis discriminados neste Instrumento Contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

8.1.7. Responder por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.8. Os combustíveis deverão ter alto padrão de qualidade, em conformidade com as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, devendo sua qualidade comprovada por meio de certificado de qualidade de acordo com a Resolução ANP nº 828/2020.

8.1.9. Como resultado da contratação do gerenciamento do abastecimento de combustível, os veículos da frota da CAER, deverão ser abastecidos durante toda a vigência contratual, de modo que possam atender a demanda dos serviços.

8.1.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do abastecimento ou da qualidade do combustível fornecido.

8.1.11. Comunicar imediatamente à fiscalização da CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, que atente contra o adequado cumprimento deste contrato, para que sejam adotadas as providências necessárias.

8.1.12. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação.

8.1.13. A contratada deverá apresentar preposto responsável pela execução do contrato com fornecimento de número telefônico.

8.1.14. Nomear, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um preposto responsável pelo contrato e um substituto para esse preposto, com a missão de garantir a adequada execução da contratação.

8.1.15. A empresa deverá indicar um endereço eletrônico Email para contato, sendo exclusiva responsabilidade informar a CAER, qualquer mudança que possa influenciar no contratado.

8.1.16. O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação de equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, administradoras de cartão de pagamento, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação, serão por conta do Contratado sem ônus para o Contratante.

8.1.17. Ficará a critério da CONTRATADA aderir a apresentação de NF-e ou Fatura ao final de cada faturamento através de e-mail ou link de acesso.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA NONA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Contratado se responsabilizará pela execução dos serviços envolvidos na solução pretendida por meio de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas.

9.2. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema do CONTRATADO e o operador – servidor designado pelo CONTRATANTE – mediante opções de execução oferecidas (menus).

9.3. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema do CONTRATADO, utilizado no atendimento às demandas do CONTRATANTE será em menor tempo hábil, uma vez que não comprometa a execução dos serviços desta Companhia.

9.4. Os estabelecimentos da rede credenciada pelo CONTRATADO deverão fornecer ao usuário, comprovante da transação efetuada, com a descrição do abastecimento, da data, bem como identificação do estabelecimento credenciado.

9.5. Especificações Técnicas Do Sistema De Gerenciamento:

9.5.1. O sistema Tecnológico (software, equipamentos e rede credenciada) deverá, no mínimo:

9.5.1.1. Viabilizar a manutenção dos bens na rede credenciada mediante a apresentação de cartão eletrônico próprio e vinculado a cada bem. Cada condutor ou responsável deverá ter sua identificação validada mediante senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada do CONTRATADO, conforme dados informados pelo CONTRATANTE.

9.5.1.2 Dispor de plataforma on-line e em tempo real, por meio da qual, o gestor dos bens designado pelo CONTRATANTE, anteriormente cadastrado deverá possuir *login* e senha de acesso ao sistema do CONTRATADO com totais poderes para executar as ações necessárias para a execução do contrato, a este gestor dar-se-á o nome de “*GESTOR MASTER*”.

9.5.2. Caberá ao gestor master por meio do seu *login* de acesso cadastrar/gerar novos *logins* de acesso ao sistema do CONTRATADO (on-line e em tempo real) de acordo com o perfil designado pelo CONTRATANTE. Tão logo seja gerado novo *login*, este deverá estar apto a ser acessado imediatamente, sem intervenção alguma do CONTRATADO, devendo:

9.5.2.1. O gestor master gerar senha com o mesmo perfil da sua (master).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

9.5.2.2. O gestor master gerar senha com o perfil de consulta.

9.5.2.3. O gestor master gerar senha com o perfil de vistoriador.

9.5.3. Para a criação de novos *logins*, o sistema deverá exigir, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, CPF, matrícula e e-mail do novo usuário, além de:

9.5.3.1. Deverá ser selecionado o nível de acesso ao qual o novo gestor deverá possuir, dentre estes, no mínimo: se pode ou não para alterar dados do bem e condutor / responsável; alterar ou não o limite de um cartão;

9.5.3.2. *Login* com nível de vistoriador, ficando a aprovação da ordem de serviço atrelada ao seu parecer no sistema, no campo respectivo;

9.5.3.3. O *login* de acesso deverá ser criado, também, dando ao gestor acesso somente aos bens alocados no departamento ou centro da sua responsabilidade;

9.5.3.4. Os níveis de acesso deverão ser divididos no mínimo em: permissões para somente consulta, permissões para vistoriador, permissão para consulta e realização de cotações e permissão para aprovador;

9.5.3.5. Ao gestor master deverá ser conferida a opção de consultar os nomes dos gestores que possuem login e senha, bem como as funcionalidades que estes possuem, podendo, o gestor master, alterar o nível/perfil de acesso, bem como ativar, bloquear ou cancelar um login gerado.

9.5.3.6. O portal do CONTRATADO para o gestor deverá ter a opção de “esqueci minha senha”, devendo esta ser enviada automaticamente para o e-mail cadastrado.

9.5.4. Será de responsabilidade do gestor master, a criação de novas senhas para novos gestores, assim como alterar e cancelar o acesso por ele conferido. O CONTRATADO não deverá ter nenhuma interveniência nesse processo, devendo este ser feito único e exclusivamente pelo CONTRATANTE no sistema do CONTRATADO.

9.5.5. Possuir funcionalidade de controle do limite financeiro, que garanta em uma única consulta verificar:

9.5.5.1. Cadastro prévio por parte do CONTRATADO do valor anual licitado, contendo a data de início e fim da vigência do contrato.

9.5.5.2. Deverá ser informado o valor faturado do mês.

9.5.6.3. Deverá ser informado o saldo de acordo com a utilização.

9.6. Da Rede Credenciada:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 9.6.1.** Após implantação do sistema, o Contratado deverá disponibilizar via sistema a sua rede de postos credenciados, identificando a razão social, nº CNPJ, endereço e telefone, aptos para aceitar transações com os cartões eletrônicos;
- 9.6.2.** O Contratado deverá realizar o credenciamento de novos estabelecimentos, conforme a necessidade do Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de solicitação do Contratante;
- 9.6.3.** Havendo qualquer inviabilidade para a ampliação da rede credenciada do contratado deverá informar oficialmente pelo Contratante de forma motivada;
- 9.6.4.** Caso haja erro na transação o estabelecimento credenciado deverá informar ao usuário o motivo para a tomada das medidas necessárias, seja pelo Contratado ou pelo Contratante;
- 9.6.5.** Os postos para abastecimento de combustíveis credenciados deverá possuir os requisitos mínimos para emitir e fornecer, a cada operação e por geração automática eletrônica, comprovante de abastecimento no qual deverão constar: identificação do cliente, data e hora do abastecimento, tipo de combustível, listagem abastecida e o respectivo valor total em reais, placa do veículo, quilometragem registrada em seu hodômetro e média de consumo por abastecimento;
- 9.6.6.** O Contratado deverá oferecer os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos, além de assegurar que todo combustível registrado pela bomba seja efetivamente abastecido no veículo indicado, e não sejam abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do Contratado, sem a devida anuência do Contratante;
- 9.6.7.** O Contratado será o único responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrentes de abastecimento efetivamente realizados, de modo que o Contratante não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;
- 9.6.8.** As notas fiscais de combustível emitidos pela rede credenciada deverão ser em nome da Contratada e, em hipótese alguma, em nome da Contratante. A gerenciadora somente emitirá 01 (uma) fatura referente ao fechamento do período de consumo, seja semanal ou mensal;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

9.6.9. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada do Contratado deverão ser, por esta, reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre o Contratante a tais fornecedores de produtos ou prestadores de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O gerenciamento do abastecimento de combustíveis compreendendo a administração, em ampla rede de estabelecimentos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão eletrônico, em caráter contínuo e ininterrupto.

10.2. Disponibilidade, em tempo real (online), via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada abastecimento realizado, para visualização e controle do órgão Contratante.

10.3. O sistema informatizado e integrado de gestão, que será disponibilizado pelo Contratado deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais por meio de banco de dados, possibilitando a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos alocados aos seus contratos.

10.4. O sistema disponibilizado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de cartões em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte do Contratante.

10.5. O Contratado deverá disponibilizar ao Contratante, 1 (um) cartão eletrônico para cada veículo cadastrado no sistema, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo Contratante, devendo fornecer ainda:

10.5.1. 02 (dois) cartões não vinculados (coringas), o qual permanecerá em poder do gestor ou fiscal do Contrato, para atender veículos locados, cedidos e/ou conveniados quando em trânsito em todo os municípios de Boa Vista/RR;

10.5.2. até 15 (quinze) cartões não vinculados (coringas), que permanecerão em poder do gestor ou fiscal do Contrato, para atender máquinas/equipamentos que recaiam na impossibilidade de realizar o seu cadastro individual no sistema. O número exato de cartões a ser disponibilizado dependerá da localização das máquinas e equipamentos, observado que ao todo o Estado de Roraima possui 15 (quinze) municípios.

10.6. Será disponibilizada uma senha individual e intransferível para o servidor indicado pelo Contratante, responsável pelo cartão.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.7. O uso indevido do cartão, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. O sistema deverá ser implantado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, sem qualquer custo adicional para o Contratante;

11.2. O treinamento, presencial ou online, do(s) fiscal(is) e gestor(es) que utilizarão o sistema deverá ser executado no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis** após a devida implantação do sistema, incluindo:

11.2.1. Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito;

11.2.2. Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;

11.2.3. Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;

11.2.4. Aplicação prática do Sistema.

11.3. Tanto os cartões quanto as senhas devem estar disponíveis para uso no **prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da assinatura do contrato.

11.4. O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação de equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, administradoras de cartão de pagamento, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação, serão por conta do Contratado sem ônus para o Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes neste instrumento contratual e na proposta vencedora;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.2. O recebimento definitivo dos serviços será finalizado em até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem 12.1, após a avaliação de conformidade dos mesmos com este instrumento contratual e proposta vencedora.

12.3. Não serão aceitos na entrega dos serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes neste instrumento contratual e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo 05 (cinco) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

12.4. Caso o prazo definido no subitem 12.3 não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas neste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

14.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

14.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

14.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

14.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

14.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

14.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

14.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

14.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

14.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

14.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

14.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

14.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

14.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

14.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

14.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

14.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

15.2. A extinção dos contratos, de acordo com o art. 247 do RILC/CAER, poderá ocorrer:

15.2.1. Pela via natural, quando verificado o cumprimento total das obrigações firmadas pelas Contratantes;

15.2.2. Por fato anterior ou contemporâneo à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II do art. 247 do RILC/CAER;

15.2.3. Por fato posterior à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "f1", "f2" e "f3" do inciso III do art. 247 do RILC/CAER;

15.2.4. Pela morte do Contratado, quando este for Pessoa Física.

15.3. Constituem motivo que autorizam a CAER exercer o direito de resolução do contrato, conforme art. 248 do RILC/CAER, dispensado provimento judicial nesse sentido:

15.3.1. O descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;

15.3.2. A alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAER;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela CAER e que causem prejuízo à execução do objeto.

15.3.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

15.3.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 15.3.5.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;
- 15.3.6.** A decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;
- 15.3.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;
- 15.3.8.** Razões de interesse da CAER, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- 15.3.9.** A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 15.3.10.** A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- 15.3.11.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 15.3.12.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- 15.3.13.** Quando o Contratado for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.
- 15.4.** Os casos de resolução contratual por ato unilateral da CAER devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao Contratado direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração.
- 15.5.** Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CAER, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos instrumentos convocatório e contratual e no RILC/CAER:
 - 15.5.1.** Assunção imediata do objeto contratado pela CAER, no estado e local em que se encontrar;
 - 15.5.2.** Retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos ao Contratado, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CAER;
 - 15.5.3.** Impedimento de participar de licitações e firmar contratos com a CAER até que seja finalizado o processo administrativo para apuração das responsabilidades e eventual aplicação de sanções ao Contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

15.6. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa do Contratado, este será, conforme art. 249 do RILC/CAER, ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e, ainda terá direito a:

15.6.1. Devolução da garantia;

15.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

15.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta dos Programas Orçamentários: 43010.17122010.001.006/2122/001 (Diesel) e 43010.17122010.001.006/2121/001 (Gasolina), do orçamento do **CONTRATANTE**.

16.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços n.º ____, datada de __/__/__, no valor de R\$ ____ (____).

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, pela Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais Legislações Correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA REVISÃO CONTRATUAL

19.1. A revisão contratual dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto no artigo 221 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

19.2. Salvo nas contratações em que seja adotada cláusula de matriz de riscos e alocação das responsabilidades, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

19.3. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

19.3.1. Comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;

19.3.2. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;

19.3.3. O evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;

19.3.4. O efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;

19.3.5. Restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.3.6. O efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual é assinado pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2025

Assinam:

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

PELA CONTRATADA:

NOME DO REPRESENTANTE

Representante Legal

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____